

Sarney

# Ulysses aceita o FMI, mas...



BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A possibilidade do País voltar ao Fundo Monetário Internacional, admitida ontem pelo presidente José Sarney, foi recebida com reservas pelo deputado Ulysses Guimarães. Ele deixou claro que só aprovará a iniciativa em uma circunstância: se o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris aceitarem as propostas do governo preservando a soberania brasileira. "O que o presidente, nem nós, poderíamos admitir seria o retorno ao processo anterior, de funcionários de escalões inferiores do FMI desembarcarem aqui para inspecionar nossa economia", disse Ulysses.

O presidente do PMDB e da Constituinte frisou que "não se trata, simplesmente, de voltar ou não, mas de preservação de nossa autonomia. Ninguém aceita recessão, desemprego, inflação". Já para o líder peemedebista na Câmara, Luiz Henrique, o anúncio feito ontem por Sarney não deve causar espanto porque o Brasil nunca deixou de ser membro do FMI. O deputado acredita que, em uma nova negociação, o País não aceitará regras monetaristas e recessivas, e muito menos permitirá interferências que signifiquem submissão de sua política econômica ao organismo internacional.

Para o deputado Roberto Freire, líder do PCB, o Brasil já tinha ido ao FMI antes do pronunciamento presidencial, por causa do Plano Bresser: "Portanto, a afirmação foi redundan-

te". Segundo o líder comunista, ao contrário do que disse o presidente, diferente hoje não é o Brasil nem o FMI, mas a política do governo: "Lamentavelmente, houve uma capitulação diante da banca internacional".

FERROVIA

Provocou polêmica entre os políticos a revelação feita pelo presidente de que uma empresa alemã e outra norte-americana se ofereceram, de graça, para construir a Ferrovia Norte-Sul, desde que recebessem o direito de concessão por 30 anos. "Isso é muito grave", comentou o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), para quem Sarney não deveria ter comentado que as empresas estrangeiras só fizeram as propostas por se tratar de um bom negócio. Opinião contrária tem o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), que acredita ser este "o caminho mais adequado". Ele chegou a sugerir até mesmo uma consulta plebiscitária para que o povo brasileiro escolha o que deve ser feito.

Os deputados Brandão Monteiro e Lysâneas Maciel, do PDT, discordaram do presidente em sua avaliação sobre a manutenção do poder aquisitivo do assalariado. Para eles, Sarney está bem distante da realidade, já que a questão dos salários poderá ser um dos pontos vulneráveis do Plano Bresser. Segundo os deputados, inicialmente o pacote teve um efeito "anestésico" sobre a população.

## Maciel, idealizador do pacto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Marco Maciel (PFL-PE) revelou ontem ao presidente José Sarney as linhas básicas de seu projeto de pacto político, que prevê, a partir da próxima semana, contatos com lideranças de partidos de esquerda, como o ex-governador Leonel Brizola, pelo PDT, e o deputado Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT. Maciel frisou, à saída do gabinete do presidente, que nenhum partido deve ser excluído do pacto, mas evitou falar do cronograma de reuniões que irá restabelecer atendendo a recomendação do próprio presidente da República.

Segundo Maciel, é mais fácil para o governo, devido à disponibilidade de interlocutores, e estabelecer um acordo político, ao contrário de um pacto social, "ambicioso e complicado para um país como o nosso". Para o senador, que é presidente nacional do PFL, "existe mais pontos convergentes que divergentes" para estabelecer um acordo entre partidos. Ele citou, como exemplos, a necessidade de completar a transição para a democracia, a promulgação de uma Constituição que represente as aspirações da sociedade e alguns pontos da política econômica do governo.

Maciel, no entanto, foi cauteloso

ao falar dos encontros com Lula e Brizola. Fez questão de dizer que, "em política, há hora para começar a conversar, mas ninguém sabe quando acabar", e destacou a inexistência, ainda, de uma agenda de assuntos a serem discutidos. Em todo caso, acrescentou, é seu desejo manter uma conversa franca e aberta, sem discriminar legendas partidárias. Para o senador, sua condição de presidente do PFL, ao contrário de atrapalhar, facilita esses entendimentos.

DISCURSO

Somente um parlamentar se referiu, ontem, no plenário da Constituinte, à entrevista concedida pelo presidente Sarney. Foi o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) — e para criticá-la. Disse que viu pela televisão "um presidente Sarney nervoso, inseguro, falando sobre matéria econômica, um assunto que jamais dominará". Referindo-se à trégua proposta pelo presidente, perguntou: "Será que o Palácio do Planalto tem cacife para bancar esse jogo, com o nível de credibilidade a zero?"

O deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) não gostou da atitude de Sarney: "Lamento que tenha agido assim e se recusado a ouvir a Constituinte. Isso nos deixa mal pelo fato de o presidente ser o primeiro a contrariar ou a não querer ouvir a Assembléia, passando para a Nação um exemplo ruim".